PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/99

A actividade agrícola e florestal continua a desempenhar um papel importante, muitas vezes fundamental, no desenvolvimento económico e social de vastas zonas do território e na preservação e manutenção dos recursos naturais, do ambiente e da paisagem.

O envelhecimento da população rural em geral e da população agrícola em particular, decorrente dos movimentos migratórios da população mais jovem em direcção às zonas urbanas, põe em causa o futuro das zonas rurais, não só porque a carência de mão-de-obra inviabiliza a agricultura e as outras actividades económicas mas também porque despoando os campos compromete uma desejável e necessária ocupação equilibrada do território e a preservação do ambiente e dos recursos naturais.

Actualmente, estima-se em cerca de 66% o número de agricultores com 55 e mais anos, mais de metade dos quais já ultrapassou os 64 anos, e calcula-se que o número de agricultores com menos de 40 anos se situe próximo dos 7% no território nacional. Além disso, existem indicações preocupantes acerca da possível inexistência de familiares com condições ou vontade de darem continuidade às explorações agrícolas.

Por outro lado, é certo que nos próximos anos a agricultura terá de se adaptar a novas realidades e satisfazer novas necessidades de mercados cada vez mais exigentes. Daqui deverão decorrer alterações profundas nas economias rurais, nomeadamente em matéria de competitividade.

Considerando, neste contexto, que:

- a) O futuro da generalidade das zonas rurais continua a depender fortemente da continuidade da actividade agrícola e florestal;
- b) A sociedade exige ao sector agrícola e silvícola, cada vez mais, o desempenho de novas funções, nomeadamente a preservação do ambiente e dos recursos naturais e paisagísticos;
- c) Se colocam actualmente novas exigências em matéria de competitividade, impostas quer pelos novos enquadramentos ao nível do comércio mundial quer por novas exigências em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- d) A resposta às novas exigências depende em larga medida quer da capacidade técnica, quer da capacidade de gestão e inovação dos agricultores;
- e) O rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola constitui condição indispensável para a inovação e o sucesso empresarial agrícola e logo da perenidade das explorações agrícolas na sua vertente económica;

Considerando que a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário — Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro — estabelece, relativamente ao rejuvenescimento do tecido empresarial, que:

- a) A instalação de jovens agricultores, como forma privilegiada de revitalização do tecido empresarial agrário e do meio rural, deverá ser objecto de incentivos específicos;
- b) As medidas incentivadoras da cessação antecipada de actividade dos agricultores mais idosos visam contribuir para o ajustamento estrutural

da população agrária e para a melhoria da estrutura fundiária, com rejuvenescimento do tecido empresarial da agricultura e aumento da dimensão das explorações agrícolas nas zonas do minifúndio ou nas que se caracterizam por uma excessiva fragmentação;

- c) O Governo estabelecerá as condições e os incentivos à instalação de jovens agricultores e à cessação antecipada de actividade agrícola;

Considerando ainda que o Programa do Governo reconhece que a agricultura e os agricultores têm um papel imprescindível a desempenhar na preservação e no desenvolvimento do mundo rural e na ocupação humana do território nacional, que entre os objectivos integradores da política agrícola se inclui o rejuvenescimento do tecido social e empresarial do mundo rural e que, conseqüentemente, se torna necessário aperfeiçoar o sistema de instrumentos de apoio à instalação de jovens empresários e a respectiva aplicação;

Considerando igualmente que as medidas e instrumentos de política a favor do rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola actualmente em vigor — incentivos financeiros de apoio à instalação de jovens agricultores, incentivos financeiros à cessação de actividade dos agricultores mais idosos, regime de atribuição dos prémios aos produtores de ovinos e caprinos e os regimes de atribuição de quotas leiteiras e de prémios aos criadores de vacas em aleitamento — se têm revelado positivos mas insuficientes, nomeadamente tendo em atenção a pouca atractividade do sector, e, em muitos casos, parecem não oferecer as soluções mais apropriadas para a resolução de alguns dos problemas e dificuldades com que se têm confrontado os jovens agricultores;

E reconhecendo, neste contexto, que sendo os jovens agricultores imprescindíveis para a manutenção da agricultura como actividade económica, social e ecológica e logo para a ocupação ordenada do território e para o desenvolvimento das zonas rurais, se torna necessário não só criar instrumentos complementares mas também perspectivar para o futuro a existência de um sistema coerente e completo de apoios aos jovens agricultores que responda aos desafios associados a uma estratégia nacional para o período de 2000-2006:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu:

1 — Adoptar as seguintes medidas complementares de apoio à instalação de jovens agricultores:

- a) Solicitar à Assembleia da República autorização legislativa para alterar o regime geral do arrendamento rural, permitindo aos jovens agricultores o pagamento antecipado das rendas referentes a todos os anos do período contratual, bem como fixando em cinco anos o período de renovação dos contratos, em virtude de os agricultores, para acesso a ajudas comunitárias, terem de garantir a exploração por idêntico período;
- b) Criar uma linha de crédito a que os jovens agricultores poderão recorrer para o pagamento antecipado das rendas referidas na alínea anterior;
- c) Legislar no sentido de excepcionar, apenas a favor dos jovens agricultores, a insusceptibilidade de transmissão dos contratos de arrendamento rural, concessão de exploração e exploração de campanha que tenham como objecto prédios rústicos apropriados ou nacionalizados.

2 — Dar prioridade na aplicação da medida prevista na alínea *b*) do número anterior aos municípios onde os indicadores estatísticos sobre a evolução da população e o envelhecimento do tecido empresarial agrícolas são mais preocupantes, quer em termos da manutenção e modernização do sector agrícola, quer no que se refere à ocupação do território numa perspectiva de preservação dos recursos naturais e da paisagem e de defesa das áreas protegidas, designadamente instalando agências para dinamizar e acompanhar a aplicação da medida da cessação de actividade em articulação com a instalação de jovens agricultores.

3 — Incumbir o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de promover a criação de um grupo de contacto que integrará representantes dos Ministros das Finanças, do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, do Trabalho e da Solidariedade, do Ambiente e Adjunto do Primeiro-Ministro e das organizações de agricultores, com o objectivo de estudar e propor as necessárias adaptações e desenvolvimentos aos instrumentos de apoio actualmente existentes face aos desafios e oportunidades associados a uma nova estratégia de desenvolvimento económico e social para o período de 2000-2006.

Presidência do Conselho de Ministros, 28 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 121/99

de 15 de Fevereiro

Com a aprovação da Lei n.º 2/97, de 18 de Janeiro, foram introduzidas significativas alterações ao regime do exercício da actividade de radiodifusão sonora definida na Lei n.º 87/88, de 30 de Julho.

As modificações introduzidas determinaram a adequação e actualização da disciplina jurídica aplicável ao licenciamento das estações de radiodifusão e à atribuição de alvarás, o que veio a ser concretizado pelo Decreto-Lei n.º 130/97, de 27 de Maio.

De entre as várias modificações introduzidas destaca-se a eliminação da possibilidade de recurso aos aumentos de potência, como forma de obter a melhoria da qualidade de cobertura das estações de radiodifusão de âmbito local, deixando-se aos operadores, como alternativa, a possibilidade de utilização de estações retransmissoras e a localização da estação emissora fora do concelho cuja área é pressuposto cobrir.

Importa agora fixar o quadro dos procedimentos relativos ao licenciamento, funcionamento, segurança e condições técnicas a que devem obedecer as estações de radiodifusão, fixando-se as condições técnicas a que devem obedecer aquelas estações para uma adequada cobertura radiofónica das áreas geográficas constantes dos respectivos alvarás.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, nos termos do disposto no artigo 23.º e no n.º 2 do artigo 25.º,

ambos do Decreto-Lei n.º 130/97, de 27 de Maio, o seguinte:

1.º Na execução da presente portaria entende-se por:

- a) Serviço de radiodifusão — serviço de telecomunicações de uso público, de difusão, tal como definido na alínea *b*) do n.º 6 do artigo 2.º da Lei n.º 91/97, de 1 de Agosto, transmitido por meio de ondas radioeléctricas, prestado por operadores para o efeito habilitados nos termos da lei;
- b) Estação de radiodifusão — estação de radiocomunicações afecta à prestação do serviço de radiodifusão;
- c) Potência de ponta (de um emissor radioeléctrico) — média de potência fornecida à linha de alimentação da antena por um emissor em funcionamento normal durante um ciclo de radiofrequência correspondente à amplitude máxima da envolvente de modulação;
- d) Potência média (de um emissor radioeléctrico) — média de potência fornecida à linha de alimentação da antena por um emissor em funcionamento normal, avaliada durante um intervalo de tempo relativamente longo em relação ao período da componente de mais baixa frequência da modulação;
- e) Potência da portadora (de um emissor radioeléctrico) — média de potência fornecida à linha de alimentação da antena por um emissor durante um ciclo de radiofrequência, na ausência de modulação;
- f) Ganho de uma antena — a relação, geralmente expressa em decibéis, entre a potência necessária à entrada de uma antena de referência sem perdas e a potência fornecida à entrada da antena em causa, para que as duas antenas produzam numa dada direcção e à mesma distância a mesma intensidade de campo ou a mesma densidade de fluxo de potência.

Conforme a antena de referência escolhida, distingue-se:

- i) O ganho isotrópico ou absoluto (G_i) quando a antena de referência é uma antena isotrópica, isolada no espaço;
- ii) O ganho em relação a um dipolo de meia onda (G_d) quando a antena de referência é um dipolo de meia onda, isolado no espaço, cujo plano equatorial contém a direcção dada;
- iii) O ganho em relação a uma antena vertical curta (G_v) quando a antena de referência é um condutor rectilíneo muito mais curto que o quarto do comprimento de onda, normal à superfície de um plano perfeitamente condutor que contém a direcção dada;
- g) Potência isotrópica radiada equivalente (*pire*) — o produto da potência fornecida à antena pelo seu ganho em relação a uma antena isotrópica numa dada direcção (ganho absoluto ou isotrópico);
- h) Potência aparente radiada (*par*) — o produto da potência fornecida à antena pelo seu ganho em relação a um dipolo de meia onda numa dada direcção;